

# Inclusão e Educação 3

Danielle H. A. Machado  
Janaína Cazini  
(Organizadoras)



 **Atena**  
Editora

Ano 2019

**Danielle H. A. Machado**  
**Janaína Cazini**  
(Organizadoras)

# **Inclusão e Educação**

## **3**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação 3 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-031-5

DOI 10.22533/at.ed.315191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Educação inclusiva. 4. Incapacidade intelectual. I. Machado,  
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todas as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu III volume, com 18 capítulos, apresentam estudos sobre Paralisia cerebral; Autismo; Tratamento; Estimulação sensorial; Fisioterapia; Comunicação alternativa; aplicadas na educação com objetivo de sensibilizar, produzir conhecimento e mobilizar os leitores para as possibilidades e potencialidades dos discentes que possui alguma deficiência intelectual.

A Educação Inclusiva é colocada a luz da reflexão social desde 1988 com a Constituição Federal Brasileira onde garante que a educação é um direito de todos e é dever do Estado oferecer Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede regular de ensino. Porém somente em 2001 com a Resolução n2 e o Parecer n 9 que se evidencia como esse processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência deve ser feito, fomentando uma comoção em todas as esferas educacionais como o currículo escolar, formação de docentes e didática de ensino.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume III é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que possuem alguma das diversas deficiências intelectuais as quais podem comprometer seu processo de cognição, trazendo artigos que abordam: Revisões Literárias para aprofundamento do tema; experiências do ensino e aprendizagem, no âmbito escolar, desde as séries iniciais até a o ensino universitário que obtiveram sucessos; A fisioterapia e o Estimulo Sensorial como ferramentas de apoio ao desenvolvimento do discente; As tecnologias que ampliam as habilidades funcionais e, assim, promovem uma vida independente.

Por fim, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores a pratica da educação inclusiva ao desenvolvimento de instrumentos metodológicos, tecnológicos, educacionais que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado  
Janaína Cazini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS	
<i>Giuzza Ferreira da Costa Victório</i>	
<i>Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra</i>	
<i>Francimar Batista Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
ASPECTOS FACILITADORES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO REGULAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
<i>Vera Lucia Mendonça Nunes</i>	
<i>Grazielle Perpétua Fernandes Mello</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>17</b>
INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Jorge Fernando Hermida</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOSÉ DE SOUZA – ZEZÃO	
<i>Francimar Batista Silva</i>	
<i>Edilmar Galeano Marques</i>	
<i>Patricia Lima Domingos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>42</b>
AVALIAÇÃO EDUCACIONAL FRENTE À INCLUSÃO: AÇÃO DOCENTE NO ENSINO COMUM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	
<i>Martha Milene Fontenelle Carvalho</i>	
<i>George Pimentel Fernandes</i>	
<i>Rosane Santos Gueudeville</i>	
<i>Ana Patrícia Silveira</i>	
<i>Calebe Lucas Feitosa Campelo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
O AUTISTA NA CONVIVÊNCIA DO ESPAÇO ESCOLAR	
<i>Janine Marta Coelho Rodrigues</i>	
<i>Aureliana da Silva Tavares</i>	
<i>Suely Aragão Azevêdo Viana</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>60</b>
APRENDIZADO MUSICAL E DIMINUIÇÃO DE ESTEREOTIPIAS EM CRIANÇAS COM AUTISMO – ESTUDO DE CASO	
<i>Valéria Peres Asnis</i>	
<i>Nassim Chamel Elias</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915017</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>69</b>
MEMÓRIAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE JACOBINA	
<i>Kátia Cristina Novaes Leite</i>	
<i>Maikson Damasceno Machado</i>	
<i>Eliata Silva</i>	
<i>Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>80</b>
BONECAS COM DEFICIÊNCIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Circe Mara Marques</i>	
<i>Leni Vieira Dornelles</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>92</b>
RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO SUDOKU	
<i>Denise Vares Seixas</i>	
<i>Zoraide de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31519150110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>98</b>
O DISPOSITIVO TECNOLÓGICO READSPEAKER COMO RECURSO À VERBALIZAÇÃO PARA ALUNA COM PARALISIA CEREBRAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Adilia Maria Pires Sciarra</i>	
<i>Fernando Batigália</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31519150111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>106</b>
UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO DE APEGO DE UMA CRIANÇA COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Vanessa Nicolau Freitas dos Santos</i>	
<i>Pompeia Villachan Lyra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31519150112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>117</b>
A FISIOTERAPIA APLICADA EM CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL UTILIZANDO OS PRINCÍPIOS DA INTEGRAÇÃO SENSORIAL	
<i>Cristiane Gonçalves Ribas</i>	
<i>Jessika Kussem Santos</i>	
<i>Flávia Letícia Martins Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31519150113</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>134</b>
A TERAPIA OCUPACIONAL EM UM SERVIÇO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ENSINO SUPERIOR – RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Débora da Silva Firino Felismino</i>	
<i>Cristyeleadjerfferssa Katariny Vasconcelos Mauricio</i>	
<i>Juliana Peixoto Carvalho</i>	
<i>Lívia Caroline Alves Souza</i>	
<i>Andreza Aparecida Polia</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31519150114</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>143</b>
COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA COM GESTOS E OBJETOS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA SENSORIAL	
<i>Flavia Daniela dos Santos Moreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31519150115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>153</b>
GRUPO TERAPÊUTICO DE ATIVIDADES LÚDICO DESPORTIVAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Inglis Araújo da Silva Gomes</i>	
<i>Juliana Cristina Salvadori</i>	
<i>Kátia Cristina Novaes Leite</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31519150116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>162</b>
VIRTUALIZAÇÃO NA ALFABETIZAÇÃO/LETRAMENTO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL POR MEIO DOS JOGOS ONLINE	
<i>Patrícia Souza Leal Pinheiro</i>	
<i>Maria Inês Corrêa Marques</i>	
<i>Eduardo Chagas Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31519150117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>173</b>
O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO FACILITADORA DO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL	
<i>Shirley de Souza Silva</i>	
<i>Pâmela dos Santos Rocha</i>	
<i>Lídia Maria da Silva Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31519150118</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>180</b>

## AVALIAÇÃO EDUCACIONAL FRENTE À INCLUSÃO: AÇÃO DOCENTE NO ENSINO COMUM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

### **Martha Milene Fontenelle Carvalho**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
Pau dos Ferros- RN

### **George Pimentel Fernandes**

Universidade Regional do Cariri – Departamento  
de Educação  
Crato - CE

### **Rosane Santos Gueudeville**

Universidade Regional do Cariri – Departamento  
de Educação  
Crato - CE

### **Ana Patrícia Silveira**

Secretaria Municipal de Educação – Associação  
de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE  
Crato – CE

### **Calebe Lucas Feitosa Campelo**

Graduando em Ciências Biológicas da  
Universidade Regional do Cariri – URCA  
Crato – CE.

**RESUMO:** Esta pesquisa objetivou proporcionar uma reflexão acerca dos aspectos inerentes as formas de avaliação do ensino-aprendizagem de alunos com Deficiência matriculados no Ensino Regular na cidade do Crato-CE. Tais reflexões podem orientar a ação docente na área da educação inclusiva, reforçando a avaliação em uma perspectiva ampla, que atenda as especificidades dos

estudantes e favoreça à inclusão dos alunos com deficiência. Assim, a partir da abordagem qualitativa de pesquisa, pudemos evidenciar o desenvolvimento das ações realizadas, bem como exercícios avaliativos decorrentes de um trabalho desenvolvido por professoras atuantes em salas de aula comum, descrevendo ações de sucessos. Nossa expectativa é que o trabalho agregue informações à área de Educação Inclusiva, mostrando as possibilidades acerca do processo de avaliação frente à inclusão escolar. Evidencia-se, portanto, que a prática avaliativa docente deve adequar-se para atender as especificidades de cada educando, visando que os mesmos superarem suas limitações, para isso, é preciso repensar os instrumentos avaliativos, que apenas quantificam os conhecimentos e não garantem a inclusão escolar e o desenvolvimento de sujeitos críticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação Educacional. Inclusão Escolar. Alunos com Deficiência.

**ABSTRACT:** This research aimed to provide a reflection about the inherent aspects of the teaching-learning evaluation of students with Disabilities enrolled in Regular Education in the city of Crato-CE. Such reflections can guide the teaching action in the area of inclusive education, reinforcing the evaluation in a broad perspective, that attends the specificities of the



students and favors the inclusion of students with disabilities. Thus, from the qualitative research approach, we were able to evidence the development of the actions carried out, as well as evaluation exercises resulting from a work developed by teachers working in common classrooms, describing success actions. Our expectation is that the work add information to the area of Inclusive Education, showing the possibilities about the process of evaluation against school inclusion. It is evident, therefore, that the teaching evaluation practice should be adapted to meet the specific needs of each student, so that they overcome their limitations, for this, it is necessary to rethink the evaluation instruments, which only quantify the knowledge and do not guarantee the school inclusion and the development of critical subjects.

**KEYWORDS:** Educational Evaluation. School inclusion. Students with Disabilities.

## 1 | INTRODUÇÃO

Notadamente o número de alunos com deficiência matriculados na rede regular de ensino tem tido um aumento significativo, e com isso, observamos a necessidade emergente de uma discussão a respeito de como as práticas avaliativas tem decorrido no ambiente de aprendizagem.

Consideramos que muitas escolas devem passar por alterações urgentes, referente mudança estrutural e pedagógica, para que atendam de forma satisfatória aos alunos que a elas chegam. Como afirma Glat (2007, p. 16),

A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, a rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que em nada interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social.

O presente estudo tem como intuito publicizar uma pesquisa realizada sobre à prática avaliativa das professoras do 1º ano do Ensino Fundamental de uma escola, situada na cidade de Crato-CE, que traz a inclusão na turma em questão, de Mariana e Wagner<sup>1</sup>, dois alunos com deficiência, Visual (cegueira), e Física (paralisia cerebral), respectivamente. Como esclarece o decreto N° 6.949/2009, pessoas com deficiência,

são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009, p. 3).

---

1 Nomes fictícios

Propomos ainda uma reflexão, envolvendo leituras inclusivas, que abordam essa temática de avaliação e Educação Especial. A ideia de desenvolver esta pesquisa no campo de Educação Especial surgiu através da vivência atual como docente na área inclusiva, trabalhando na Sala de Recursos Multifuncionais, na cidade do Crato, Ceará.

Assim, o estudo tem por objetivo, refletir sobre a importância de práticas avaliativas desenvolvidas por docentes no contexto escolar visando à inclusão dos alunos com deficiência, bem como exercícios avaliativos decorrentes de um trabalho desenvolvido por professoras atuantes em salas de aula comum.

## 2 | METODOLOGIA

Dentro da abordagem qualitativa de pesquisa, evidenciamos as ações realizadas por professoras atuantes na sala de aula comum, descrevendo ações de sucesso. Nossa expectativa é que o trabalho venha agregar informações à área de Educação Inclusiva, mostrando as possibilidades acerca do processo de avaliação frente à inclusão escolar. Mantoan (2015, p. 69), defende que

Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva no desempenho escolar, mas de agir com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados.

A autora nos alerta que a inclusão não ocorre apenas com a matrícula do aluno com deficiência na instituição escolar, mas que sejam planejadas e executadas ações pedagógicas que o torne participativo, que se sinta integrante da sociedade contemporânea.

Escolhemos para realizar esta pesquisa uma abordagem qualitativa, onde compreendemos expressar em profundidade os dados referentes à pesquisa. Segundo Minayo (2007, p. 21):

[...] responde a questões muito particulares, [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente por ser traduzido em números e indicadores quantitativos.

Utilizamos como instrumentos a observação participante com relação às vivências inclusivas no ensino regular para avaliação de práticas de docentes no contexto

escolar. Assim, “[...] a observação participante proporciona a melhor maneira de obter uma imagem válida da realidade social” (MOREIRA, 2004, p. 204).

Nesse processo de pesquisa, buscamos compreender como acontecem as práticas avaliativas em uma Escola na rede pública de ensino, na cidade de Crato-CE, com a inclusão de alunos com deficiência no contexto educacional. Para isso, realizamos uma observação no ambiente escolar na referida sala de aula comum, do 1º ano do Ensino Fundamental, constituída por 18 (dezoito) alunos e alunas, sendo 02 (dois) com deficiência. A observação dividiu-se em dois momentos: as práticas avaliativas propostas por docentes e reflexões desses métodos avaliativos.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Consideramos que a avaliação tem estado presente não apenas no contexto escolar, mas em todos os espaços. Avaliamos cotidianamente, nosso colega de trabalho, nossas práticas, ações. Na ótica de Caldeira (2000, p. 122),

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica.

Com a nova proposta inclusiva, as escolas estão em fase de adaptação. Nesse processo, encontramos a metodologia de avaliação dos alunos, a prática pedagógica do docente que muitas vezes acontece de forma homogeneizadora.

O professor assume a posição de avaliador no contexto educacional. Encontramos formas de avaliação constantes envolvendo exames, provas, que avaliam a aprendizagem do aluno, finalizando com notas. Como o professor poderá avaliar um aluno com deficiência visual através de uma prova comum sem adaptações para ao final atribuir uma determinada pelas questões propostas? Ou mesmo, como irá avaliar um aluno com deficiência física/intelectual/auditiva, ou com autismo? São questionamentos feitos por muitos docentes.

É necessário repensarmos nossas práticas frente a esse novo processo de inclusão. Exames com a finalidade classificatória, na maioria das vezes, desconsideram as especificidades de muitos alunos com deficiência, os quais necessitam de um novo método de avaliação que consiga visualizar suas potencialidades reais. Na maneira apresentada por Luckesi (2003, p. 47), “a sala de aula é o lugar onde, em termos de avaliação, deveria predominar o diagnóstico como recurso de acompanhamento e reorientação da aprendizagem, em vez de predominarem os exames como recursos classificatórios”.

Estes alunos demandam de novos métodos avaliativos, que procurem ressaltar

as suas potencialidades e não apenas medir o conhecimento de uma determinada disciplina através de uma nota final.

Cada deficiência requer um novo pensar avaliativo. O docente deverá elucidar questionamentos, de como em sua prática educativa poderá desenvolver uma forma de avaliação que atente não apenas aos conteúdos trabalhados, como forma de examinar o que foi assimilado, mas que busque avaliar o aluno através de um processo formativo contínuo, de observação e verificação de desenvolvimento. Como exemplo, caso o aluno com autismo não mantenha uma socialização com a turma, e ao longo do ano através de atividades diversificadas ele conseguir essa interação, porém não apresentar resultados satisfatórios em relação ao conteúdo, então não houve avanços? Vasconcelos (1998, p. 43) aborda essa forma avaliativa em um sentido mais abrangente, quando afirma que “a avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática no sentido de captar seus avanços e possibilitar uma tomada de decisões, acompanhando a pessoa em seu processo de crescimento”.

É necessário que através dessa prática avaliativa o docente busque de forma democrática instrumentos avaliativos que atendam as especificidades de cada aluno, não apenas aquele que apresenta a deficiência.

Para auxiliar nesse processo de reflexão sobre avaliação inclusiva, torna-se imprescindível o trabalho realizado no Atendimento Educacional Especializado, sendo um serviço da Educação Especial, que procura garantir a participação do aluno, propondo meios para que ele possa interagir no ambiente escolar como um todo. Portanto,

O atendimento educacional especializado é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O atendimento educacional especializado complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dele; (BRASIL, 2010. p. 21).

Como mencionado, o momento em que o aluno participa do atendimento é bastante relevante, nele o mesmo irá encontrar auxílio na busca de superar eventuais limitações de que venha apresentar.

Vale ressaltar, que o professor do Atendimento Educacional Especializado não será responsável pela avaliação voltada para o ensino regular. O mesmo fará sua autoavaliação em relação ao seu trabalho de como o aluno tem apresentado avanços e de como tem auxiliado na sala de aula comum, contudo, não deverá se responsabilizar por notas referentes ao trabalho do professor na referida sala. Deverá assim, acontecer um trabalho em conjunto entre professores atuantes no Atendimento Educacional Especializado, como também professores da sala de aula comum, buscando atentar para a evolução do aluno, ultrapassando processos classificatórios como podemos

observar na Resolução CEE/CE Nº 456/2016,

Art. 21. A avaliação da aprendizagem dos alunos será feita pela escola, sob a responsabilidade do professor, e deve considerar também a avaliação do professor do AEE, em parceria com a família, vinculada a um sistema de avaliação de caráter processual e formativo, que ultrapasse os processos meramente classificatórios.

Art. 22. A verificação do rendimento escolar do aluno deverá considerar a expressão dos seus conhecimentos de acordo com as possibilidades e com o nível de desenvolvimento em que se encontra, bem como os aspectos básicos de seu comportamento social.

Diante do exposto, o professor deverá avaliar o aluno superando meramente um caráter de classificação, observando sua evolução no decorrer das aulas, e não apenas centrar esse momento avaliativo apenas em determinadas provas.

No que concerne a leitura referente à educação especial, numa perspectiva inclusiva e de avaliação, utilizamos como aporte teórico, a legislação brasileira vigente, Glat (2007), Mantoan (2015), Ramos (2010), Sartoretto (2010) (Vasconcelos (1998), Perrenoud (1999), Luckesi (2003) e demais que envolvem pesquisas na área.

Sobre os nossos resultados, a partir de reflexões teóricas, ressaltamos nossa prática e atuação na cidade do Crato-CE, na função de professora da Educação Especial, atuando nas Salas de Recursos Multifuncionais, as quais são “[...] ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.” (BRASIL, 2011, p. 2), atendendo aos alunos público-alvo da Educação Especial, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 8) os quais são: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Atualmente na sala do 1º ano, encontramos a atuação de duas professoras, onde definimos pesquisar a respeito de como estariam desenvolvendo suas práticas avaliativas em relação aos alunos incluídos. Observamos que as mesmas têm demonstrado ações positivas em relação ao ato avaliativo para Mariana e Wagner.

Decorrido o primeiro semestre, as professoras seguiram as orientações do Atendimento Educacional Especializado, utilizando-o em caráter de observação contínua em relacionando ao progresso dos alunos incluídos. A professora Nazaré<sup>2</sup> demonstrou que valoriza as mudanças na vida escolar do aluno, pois isto reflete no seu convívio social, seja na sua residência, na sua rua, na sua cidade. Vejamos o que nos relata:

*É importante observarmos nossos alunos não apenas no dia daquela avaliação escrita. No tocante aos alunos com deficiência, observamos sua participação em sala de aula, mesmo que seja com um sorriso mostrando que está gostando da aula. Procuramos trabalhar sempre em equipe, pois é notório sua evolução, sua interação com os colegas diante da atividade proposta. Observamos como a aluna*

*tem desenvolvido o sistema Braille como método de leitura e escrita, assim como observamos nesse processo como o aluno, que tem paralisia cerebral, interage com atividades e com os colegas. Isso também é um processo avaliativo. (Nazaré).*

Permanecemos em sala de aula para observação em dois momentos propostas de aplicação de avaliação, que segundo elas acontece cotidianamente e não apenas através de avaliações propostas pelo núcleo gestor.

As professoras realizaram a avaliação nos momentos em que estivemos presente através de jogos educativos, que envolviam a participação e socialização. Uma das formas que utilizaram para avaliação consistia na formação de palavras associando aos objetos, realizada em grupo. Mariana realizou a atividade em Braille e imagens em alto relevo desenvolvidas pelas docentes, e o outro aluno, Wagner utilizou a prancha de comunicação, apontando figuras com ajuda dos colegas e da intervenção da Professora Nazaré.

Observamos no decorrer da aula, trabalhos voltados para a sensibilização de toda turma com os demais colegas, acompanhamento da aprendizagem do sistema Braille, utilizado pela aluna com deficiência visual, jogos adaptados que serviram para avaliação, atividades voltadas para o desenvolvimento da coordenação motora (fina) do aluno, enfim ações positivas que têm buscado o desenvolvimento dos alunos.

Segundo as professoras, os alunos entraram no período de férias com ótimas avaliações, que se converteram em notas. Cada um apresentou um avanço de forma diferenciada. O aluno Wagner, que tem Deficiência Física (paralisia cerebral), conseguiu realizar alguns rabiscos segurando o lápis firmemente evitando, portanto, que deslize de sua mão ou mesmo caia, sem ajuda das professoras. E ainda, sua interação é mais plausível com os colegas da turma. E a aluna Mariana, também obteve mudanças apreciáveis na sua interação com os colegas da turma, tendo em vista que, inicialmente apresentava uma exagerada timidez, aprendeu algumas letras do sistema Braille, estava se locomovendo sozinha em determinados espaços dentro e fora da sala de aula e no ambiente escolar. Nesse contexto, as docentes avaliaram que o progresso foi significativo e que os mesmos superaram algumas limitações.

A professora Maria, que após leituras abordando a temática Orientação e Mobilidade, que na definição de Giacomini, Sartoretto e Bersch (2010a, p.7), “significa mover-se de forma orientada, com sentido, direção e utilizando-se de várias referências como pontos cardeais, lojas comerciais, guia para consulta de mapas, informações com pessoas”. Desta forma, a orientação e mobilidade, faz-se necessária para qualquer pessoa que tenha intenção de deslocar-se para algum local, seja escola, praças, templos religiosos, pontos comerciais, clubes recreativos, enfim, todas dispõe de detalhes no percurso que são primordiais para o ponto de chegada.

Com o objetivo de orientar e no processo avaliativo contínuo à aluna Mariana, sobre quantidade de salas de aula, assim como os diversos setores como cantina, coordenação, direção, sala dos professores, banheiros e sala de leitura, nos momentos

destinados aos estudos e planejamentos, resolveu, após diálogo também com a professora do Atendimento Educacional Especializado, dedicar-se à ensiná-la. Ainda citando Giacomini, Sartoretto e Bersch (2010b, p.9),

Às pessoas com deficiência visual também deverá ser dada a oportunidade de explorar os ambientes e de formar suas próprias referências. Como elas [...] não enxergam (cegas), devem ser auxiliadas nesse processo de orientação espacial e de conhecimento de todos os espaços da escola para que, o mais rapidamente possível, sintam-se seguras e possam se movimentar neles sozinhas.

A atitude desta professora da sala de aula comum fortalece nossas convicções de que a educação inclusiva tomou uma nova dimensão nas instituições educacionais da educação básica.

#### 4 | CONCLUSÃO

É preciso repensar ações docentes atuais, que procuram desenvolver uma forma de avaliação visando números e não a qualidade e a possibilidade de atender as todas as especificidades. Reconhecemos que grandes são as dificuldades que a pessoa com deficiência encontra nesse contexto, para tanto é necessário que aconteça um debate, reforçando leis, documentos que promovam uma mudança estrutural na Escola. Nessa perspectiva, Perrenoud (1999, p. 11) declara:

A avaliação é tradicionalmente associada, na escola, à criação de hierarquias de excelência. Os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência, definida em absoluto ou encarnada pelo professor e pelos melhores alunos.

Apresentarmos mecanismos efetivos para fazer com que a Educação Especial aconteça com sucesso, onde uma das características positivas seria a avaliação de forma contínua, não apenas visando a classificação de alunos. É preciso modificações na escola para atender a necessidade de cada aluno, buscando processos avaliativos diferenciados. Na análise de Sartoretto (2010, p. 2),

Entender a verdadeira finalidade da avaliação escolar só será possível quando tivermos professores dispostos a aceitar novos desafios, capazes de identificar nos erros pistas que os instiguem a repensar seu planejamento e as atividades desenvolvidas em sala de aula e que considerem seus alunos como parceiros, principalmente aqueles que não se deixam encaixar no modelo de escola que reduz o conhecimento à capacidade de identificar respostas previamente definidas como certas ou erradas.

Os alunos com deficiência estão exigindo uma nova conduta dos professores da

sala de aula comum. Como nos alerta Ramos, (2010, p. 111), “[...] a escola não é uma corrida para ver quem chega primeiro, mas uma oportunidade que todos devem ter de desenvolver – embora em tempos e modos diferentes”.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos - Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. **Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009**, que Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

BRASIL. **Decreto 7.611, de 11 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em: 16 de agosto de 2016.

BRASIL. **Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial**. Disponível em: <[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Ressignificando a avaliação escolar**. In: \_\_\_\_\_. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000. p. 122-129 (Cadernos de Avaliação, 3).

CEARÁ. **Resolução 436, de 01 de junho de 2016**. Fixa normas para a Educação Especial e para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Altas Habilidades/Superdotação, no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Ceará. Disponível em: <<http://www.cee.ce.gov.br/phocadownload/resolucoes/resolucao%20n%200456.2016.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2016.

GLAT, Rosana. **Integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007.

GIACOMINI, Lília; SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Orientação e Mobilidade, Adequação Postural e Acessibilidade Espacial**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. 25ª ed. Revista e atualizada. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MOREIRA, Herivelto. CALLEF, Luiz Gonzaga. **Metodologia da Pesquisa para o Professor Pesquisador de sua Prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.



PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.322

RAMOS, Rossana. **Inclusão na Prática**: estratégias eficazes para a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2010.

SARTORETTO, Mara Lúcia. **Como avaliar o Aluno com Deficiência?** 2010. Disponível em: <[http://assistiva.com.br/Como\\_avaliar\\_o\\_aluno\\_com\\_defici%C3%Aancia.pdf](http://assistiva.com.br/Como_avaliar_o_aluno_com_defici%C3%Aancia.pdf)>. Acesso em: 07 de julho de 2016.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem**: práticas de mudanças. São Paulo: Libertad, 1998.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-031-5

